

JUSTIÇA FEDERAL TRABALHISTA
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	199.024,50	205,20	199.229,70
Pessoal Ativo	166.144,04	194,19	166.338,23
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.880,46	11,01	32.891,47
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	30.694,79	195,34	30.890,13
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.250,09	195,34	2.445,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.444,70		28.444,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	168.329,71	9,86	168.339,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	625.461.567,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,026913%	0,000002%	0,026914%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,063041%		394.297,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,059889%		374.582,37
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,056737%		354.867,50

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIAFI - SçCA/SOF/TRT14 - 23/set/2013 - 14h e 07min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2)Despesas com Precatório de Sentenças Judiciais(ADM DIRETA E INDIRETA) foi de R\$ 85.101.971,69.

3)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito(destaque): despesa liquidada R\$ 4.466.798,74

4) As despesas com auxílio natalidade foram de R\$ 1.866,00 e auxílio funeral de R\$ 1.535,00 relativo a despesas liquidadas, e de R\$ 205,20 mil relativo a despesas executadas por inscrição de restos pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894.

(assinado digitalmente)

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

OSWALDO SILVA
 DIRETOR GERAL, em substituição

JAIME HERCULANO DE MELO FILHO
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA, em substituição

CLEUVA SILVA SALES DE SOUZA
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS